



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
10 de fevereiro
de 2021

MP recebeu 38 denúncias de ‘fura filas’ no MA; 26 só em São Luís

Publicado em 9 de fevereiro de 2021 por gilbertoleda



Um relatório da Ouvidoria do Ministério Público do Maranhão, divulgado nesta terça-feira, 9, informa que já foram registradas, até a data de ontem (08/02), 38 denúncias relativas à campanha de vacinação contra a Covid-19.

No levantamento, que foi iniciado em 22 de janeiro, também foram efetuados outros registros, como consultas jurídicas (11), demandas improcedentes (04) e procedimentos que aguardam mais informações para serem consolidados (19). Do total de 72 demandas relacionadas à vacinação, 26 tiveram origem em São Luís.

Segundo a Ouvidoria do MPMA, após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica do órgão realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às promotorias responsáveis. Caso seja comprovada alguma irregularidade, tanto no que se refere ao desrespeito à ordem de prioridade para a imunização, quanto a outros procedimentos, os envolvidos podem ser punidos, inclusive criminalmente, após a instauração regular de processo judicial.

Para dar suporte à atuação dos promotores de justiça nas comarcas, o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Caop-Saúde) emitiu ofício, no dia 20 de janeiro, orientando que sejam notificados os secretários municipais de Saúde para garantir a obediência à fila de prioridade na vacinação contra a Covid-19.

Além disso, os promotores de justiça devem requisitar informações sobre o cumprimento dos critérios de prioridade, a atualização diária do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e a lista das pessoas vacinadas.

Ouvidoria do MP-MA já registrou 38 denúncias sobre irregularidades na vacinação contra Covid-19

Um relatório da Ouvidoria do **Ministério Público** do Maranhão, divulgado nessa terça-feira (9), informa que já foram registradas, até a última segunda-feira (8/2), 38 denúncias relativas à campanha de vacinação contra a Covid-19.

No levantamento, que foi iniciado em 22 de janeiro, também foram efetuados outros registros, como consultas jurídicas (11), demandas improcedentes (4) e procedimentos que aguardam mais informações para serem consolidados (19). Do total de 72 demandas relacionadas à vacinação, 26 tiveram origem em São Luís.

Segundo a Ouvidoria do MP-MA, após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica do órgão realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às promotorias responsáveis. Caso seja comprovada alguma irregularidade, tanto no que se refere ao desrespeito à ordem de prioridade para a imunização, quanto a outros procedimentos, os envolvidos podem ser punidos, inclusive criminalmente, após a instauração regular de processo judicial.

Para dar suporte à atuação dos promotores de Justiça nas comarcas, o **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde** (Caop-Saúde) emitiu ofício, no dia 20 de janeiro, orientando que sejam notificados os secretários municipais de Saúde para garantir a obediência à fila de prioridade na vacinação contra a Covid-19.

Além disso, os promotores de Justiça devem requisitar informações sobre o cumprimento dos critérios de prioridade, a atualização diária do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e a lista das pessoas vacinadas.

(Informações do MP-MA)

Site: <http://www.blogdomarcial.com/2021/02/ouvidoria-do-mp-ma-ja-registrou-38.html>

Associação de Pais de Alunos busca no Ministério Público garantias sanitárias nas escolas particulares de São Luís

Presidente da Aspa, Marcelo de Freitas; e da Amep, Darlon

Guimarães; durante reunião com o promotor Lindonjonson

Gonçalves (Foto: Divulgação)

Nas primeiras horas dessa terça-feira (9), a Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (AspaMA) disparou uma nota, na qual manifesta sua vontade pela suspensão temporária das **aulas** presenciais. Também na manhã de ontem, foi realizada uma reunião presencial com o presidente da Aspa, o empresário Marcelo de Freitas Costa Rodrigues; o presidente da Associação Maranhense de Escolas Particulares (Amep), Darlon Guimarães; e o **promotor de Justiça** de Defesa da Educação, Lindonjonson Gonçalves de Sousa.

A Aspa quer frequentes ações de fiscalização dos protocolos de proteção e prevenção à **Covid-19**, nas instituições de ensino particulares. As **aulas** presenciais nas escolas privadas do Maranhão foram retomadas no segundo semestre de 2020, por meio do modelo híbrido.

Desde então, devem ser respeitados os protocolos sanitários da Secretaria de Estado da Saúde (SES), como uso obrigatório de máscaras, aferição de temperatura de alunos e colaboradores e a suspensão do recreio.

Outras medidas são a orientação constante sobre o uso e manuseio das máscaras, divisão das turmas em grupos, distanciamento mínimo de 1,5m entre os estudantes, distribuir álcool em gel para os alunos e instalar reservatórios com o produto nas dependências.

Marcelo de Freitas informou que alguns protocolos não são feitos a rigor, como o distanciamento mínimo de um estudante e outro. "A Aspa quer as escolas abertas, porém com segurança, fiscalização efetiva, feita pela Vigilância Sanitária. Houve 17 escolas que já suspenderam o funcionamento parcial ou total, por constatarem casos de **Covid-19**, nos últimos dez dias.

Por isso, reforço a necessidade de fiscalizações constantes. Não é realizar uma hoje (hipoteticamente), e outra apenas daqui seis meses", declarou.

A Aspa citou que além da insegurança com a proliferação da **Covid-19**, há ainda a ameaça de doenças que se apresentam no período chuvoso, como H1N1, meningite, dengue e chikungunya, exigindo atenção redobrada de todos.

O presidente Marcelo informou ainda que poucas escolas têm liberdade de aceitar uma visita da associação, logo, relatos de pais, feitos constantemente, são a base das exigências feitas pela entidade.

IMUNIZAÇÃO DE PROFESSORES

Na reunião entre Marcelo, Darlon e Lindonjonson, ficou registrado em ofício con-junto o pedido da Aspa, Amep, e do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão (Sinterp) que, nesta primeira fase de imunização, o governo do Estado vacine professores e demais funcionários de escolas.

ASPA

A Aspa foi criada no dia 12 de março de 2020, quando **aulas** de inglês passaram a ser obrigatórias, e colégios particulares de São Luís aumentaram a carga horária no ensino da língua estrangeira, e passaram a exigir a compra exclusiva de livros da editora Pink and Blue (PBF).

Pais de estudantes matriculados nestas instituições reagiram às decisões tomadas pelas escolas, alegando terem sido feitas de forma unilateral.

Naquela época, famílias acionaram o **Procon** e o **Ministério Público**, por meio da 1ª Promotoria de Defesa do Consumidor, para tomada de providências. A associação tem quatro grupos de WhatsApp, com média de 200 pais ou responsáveis por alunos, em cada um deles.

AMEP Participou também da reunião, no **Ministério**

Público, o presidente da Associação Maranhense das Escolas Particulares (Amep), Darlon Guimarães.

SINEPE

Por meio de nota, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Maranhão (Sinepe-MA) informou que somente por decreto do prefeito, do governador do Estado ou decisão judicial, pode haver suspensão das **aulas** presenciais.

Segundo o Sinepe, a rede particular de ensino adota protocolo sanitário, desde o início da pandemia, elaborado por infectologista. Em relação a nota da Aspa sobre suspensão temporária das **aulas** presenciais, o Sinepe respondeu que associações representativas dos pais não podem servir para transmitir à sociedade e ao Poder Público a falsa impressão de que o clamor dos pais é pela paralisação do ensino presencial.

"O que se observa no dia a dia das escolas é a vontade inequívoca das famílias em manter seus filhos nas **aulas** presenciais, referendando, portanto, a opinião a dezenas de educadores, médicos pediatras, psiquiatras, psicólogos e pedagogos que veem o ambiente escolar como insubstituível no processo de socialização e de formação intelectual dos alunos", texto transcrito da nota do Sinepe

Site:

<https://jornalpequeno.com.br/2021/02/10/associacao-de-pais-de-alunos-busca-no-ministerio-publico-garantias-sanitarias-nas-escolas-particulares-de-sao-luis/>

Ministério Público registra 38 denúncias sobre irregularidades na vacinação contra Covid-19

Por G1 MA - São Luís

Um relatório da Ouvidoria do **Ministério Público** do Maranhão, divulgado nessa terça-feira (9) informou que já foram registradas 38 denúncias relativas à campanha de vacinação contra a Covid-19.

No levantamento, que foi iniciado no último dia 22 de janeiro, também foram efetuados outros registros, como consultas jurídicas (11), demandas improcedentes (4) e procedimentos que aguardam mais informações para serem consolidados (19). Do total de 72 demandas relacionadas à vacinação, 26 tiveram origem em São Luís.

Caso seja comprovada alguma irregularidade, tanto no que se refere ao desrespeito à ordem de prioridade para a imunização, quanto a outros procedimentos, os envolvidos podem ser punidos, inclusive criminalmente, após a instauração regular de processo judicial.

Para dar suporte à atuação dos promotores de Justiça nas comarcas, o **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde** (Caop-Saúde) emitiu ofício orientando que sejam notificados os secretários municipais de Saúde para garantir a obediência à fila de prioridade na vacinação contra a Covid-19.

Além disso, os promotores de Justiça devem requisitar informações sobre o cumprimento dos critérios de prioridade, a atualização diária do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e a lista das pessoas vacinadas.

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/02/10/ministerio-publico-registra-38-denuncias-sobre-irregularidades-na-vacinacao-contra-covid-19.ghtml>

Ouvidoria do MPMA já registrou 38 denúncias sobre irregularidades na vacinação contra Covid-19

Um relatório da Ouvidoria do **Ministério Público** do Maranhão, divulgado nessa terça-feira (9), informa que já foram registradas, até a segunda-feira (8), 38 denúncias relativas à campanha de vacinação contra a Covid-19.

No levantamento, que foi iniciado em 22 de janeiro, também foram efetuados outros registros, como consultas jurídicas (11), demandas improcedentes (4) e procedimentos que aguardam mais informações para serem consolidados (19). Do total de 72 demandas relacionadas à vacinação, 26 tiveram origem em São Luís.

Segundo a Ouvidoria do **MPMA**, após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica do órgão realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às promotorias responsáveis.

Caso seja comprovada alguma irregularidade, tanto no que se refere ao desrespeito à ordem de prioridade para a imunização, quanto a outros procedimentos, os envolvidos podem ser punidos, inclusive criminalmente, após a instauração regular de processo judicial.

Para dar suporte à atuação dos promotores de justiça nas comarcas, o **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde** (Caop-Saúde) emitiu ofício, no dia 20 de janeiro, orientando que sejam notificados os secretários municipais de Saúde para garantir a obediência à fila de prioridade na vacinação contra a Covid-19.

Além disso, os promotores de justiça devem requisitar informações sobre o cumprimento dos critérios de prioridade, a atualização diária do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e a lista das pessoas vacinadas.

Site:

<https://impresso.jornalpequeno.com.br/pub/jornalpequeno/?numero=27009&edicao=18594>

Coletivo Nós se reúne com MP em busca de solução para bairros com deslizamentos e alagamentos em São Luís

O Coletivo Nós se reuniu, na segunda-feira (8), com o titular da Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante, Vicente de Paulo Silva Martins, para falar das demandas apresentadas pela população dos bairros periféricos de São Luís visitados pelos co-vereadores, como o Alto da Esperança, Gapara, Vila Dom Luís, Sacavém, Salina, Coroadinho e Sá Viana, que sofrem há anos com deslizamentos, alagamentos e outros problemas durante o período chuvoso, na capital maranhense.

"Nós procuramos o **Ministério Público** para apresentar algumas das áreas que correm risco de alagamentos e deslizamentos na região periférica da cidade, que chegaram ao nosso conhecimento, após visitas que fizemos a estes bairros e escuta da população. Nosso objetivo é que as políticas públicas sejam aplicadas pelo Poder Público, para que possam suprir as demandas das comunidades.

A previsão é que as chuvas aumentem neste primeiro trimestre, por isso é uma demanda que pede urgência.

Continuaremos acompanhando e contribuindo para a resolução desse problema, almejando que o nosso povo possa viver tranquilo e sem medo dentro de suas moradias", destacou Delmar Matias, co-vereador do Coletivo Nós.

O **Ministério Público**, por meio da Promotoria Itinerante, trabalha como um mediador entre as comunidades e a Prefeitura, levando as demandas da população ao Poder Público.

Como encaminhamento da reunião, ficou acordado que será feito um levantamento das pautas apresentadas junto com a Promotoria de Urbanismo, e logo após uma reunião com todos os órgãos envolvidos nessa questão como a Defensoria Pública, **Ministério Público**, Ouvidoria da Segurança Cidadã do Estado do Maranhão, e secretarias municipais de Criança e Assistência Social (Semcas) e de Obras e Serviços Públicos (Semosp).

Segundo pesquisa divulgada no início do ano, pelo Laboratório de Meteorologia do Núcleo Geoambiental da Universidade Estadual do Maranhão (NuGeo/

Uema), o resultado da previsão climática para o primeiro trimestre de 2021 (meses de janeiro, fevereiro e março) indica maior probabilidade dos totais pluviométricos ocorrerem entre valores normais a acima da faixa normal climatológica no centro-norte do Maranhão, ou seja, em São Luís terá expansão das chuvas. Os dados da pesquisa de meteorologistas dos centros estaduais do Nordeste do Brasil e do Centro de Previsão do Tempo e Estudos climáticos (CPTEC) preocupam a população mais vulnerável da cidade

Site:

<https://impresso.jornalpequeno.com.br/pub/jornalpequeno/?numero=27009&edicao=18594>

Associação de Pais de Alunos busca no Ministério Público garantias sanitárias nas escolas particulares de São Luís

Nas primeiras horas dessa terça-feira (9), a Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (Aspa- MA) disparou uma nota, na qual manifesta sua vontade pela suspensão temporária das **aulas** presenciais. Também na manhã de ontem, foi realizada uma reunião presencial com o presidente da Aspa, o empresário Marcelo de Freitas Costa Rodrigues; o presidente da Associação Maranhense de Escolas Particulares (Amep), Darlon Guimarães; e o **promotor de Justiça** de Defesa da Educação, Lindonjonson Gonçalves de Sousa. A Aspa quer frequentes ações de fiscalização dos protocolos de proteção e prevenção à **Covid-19**, nas instituições de ensino particulares.

As **aulas** presenciais nas escolas particulares do Maranhão foram retomadas no segundo semestre de 2020, por meio do modelo híbrido. Desde então, devem ser respeitados os protocolos sanitários da Secretaria de Estado da Saúde (SES), como uso obrigatório de máscaras, aferição de temperatura de alunos e colaboradores e a suspensão do recreio. Outras medidas são a orientação constante sobre o uso e manuseio das máscaras, divisão das turmas em grupos, distanciamento mínimo de 1,5m entre os estudantes, distribuir álcool em gel para os alunos e instalar reservatórios com o produto nas dependências.

Marcelo de Freitas informou que alguns protocolos não são feitos a rigor, como o distanciamento mínimo de um estudante e outro.

"A Aspa quer as escolas abertas, porém com segurança, fiscalização efetiva, feita pela Vigilância Sanitária. Houve 17 escolas que já suspenderam o funcionamento parcial ou total, por constatarem casos de **Covid-19**, nos últimos dez dias. Por isso, reforço a necessidade de fiscalizações constantes. Não é realizar uma hoje (hipoteticamente), e outra apenas daqui seis me-ses", declarou Marcelo.

A Aspa citou que além da insegurança com a proliferação da **Covid-19**, há ainda a ameaça de doenças que se apresentam no período chuvoso, como H1N1, meningite, dengue e chikungunya, exigindo atenção redobrada de todos. O presidente

Marcelo informou ainda que poucas escolas têm liberdade de aceitar uma visita da associação, logo, relatos de pais, feitos constantemente, são a base das exigências feitas pela entidade.

IMUNIZAÇÃO DE PROFESSORES

Na reunião entre Marcelo, Darlon e Lindonjonson, ficou registrado em ofício conjunto o pedido da Aspa, Amep, e do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão (Sinterp) que, nesta primeira fase de imunização, o governo do Estado vacine professores e demais funcionários de escolas.

ASPA

A Aspa foi criada no dia 12 de março de 2020, quando **aulas** de inglês passaram a ser obrigatórias, e colégios particulares de São Luís aumentaram a carga horária no ensino da língua estrangeira, e passaram a exigir a compra exclusiva de livros da editora Pink and Blue (PBF). Pais de estudantes matriculados nestas instituições reagiram às decisões tomadas pelas escolas, alegando terem sido feitas de forma unilateral. Naquela época, famílias acionaram o **Procon** e o **Ministério Público**, por meio da 1ª Promotoria de Defesa do Consumidor, para tomada de providências. A associação tem quatro grupos de WhatsApp, com média de 200 pais ou responsáveis por alunos, em cada um deles.

AMEP

Participou também da reunião, no **Ministério Público**, o presidente da Associação Maranhense das Escolas Particulares (Amep), Darlon Guimarães. "A escola não é o local de maior contaminação do **coronavírus**. Há 32 colégios associados a Amep e todos têm cumprido os protocolos de saúde. Houve fiscalização no ano passado. Este não, ainda não", informou Darlon.

SINEPE

Por meio de nota, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Maranhão (Sinepe-MA) informou que somente por decreto do prefeito, do governador do

Estado ou decisão judicial, pode haver suspensão das **aulas** presenciais. Segundo o Sinepe, a rede particular de ensino adota protocolo sanitário, desde o início da pandemia, elaborado por infectologista.

Em relação a nota da Aspa sobre suspensão temporária das **aulas** presenciais, o Sinepe respondeu que associações representativas dos pais não podem servir para transmitir à sociedade e ao Poder Público a falsa impressão de que o clamor dos pais é pela paralisação do ensino presencial.

"O que se observa no dia a dia das escolas é a vontade inequívoca das famílias em manter seus filhos nas **aulas** presenciais, referendando, portanto, a opinião a dezenas de educadores, médicos pediatras, psiquiatras, psicólogos e pedagogos que veem o ambiente escolar como insubstituível no processo de socialização e de formação intelectual dos alunos", texto transcrito da nota do Sinepe.

Site:

<https://impresso.jornalpequeno.com.br/pub/jornalpequeno/?numero=27009&edicao=18594>

Associação de pais quer vacina para professores e alunos no Maranhão

A Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (ASPA/MA) procurou ontem o **Ministério Público** para pedir a garantia de segurança da continuidade das **aulas** presenciais. A iniciativa veio diante dos casos da **covid-19** que foram confirmados em pelo menos 17 escolas da rede particular de São Luís, nos últimos 10 dias, causando a suspensão parcial ou total das **aulas** presenciais.
PÁGINA 9

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/oimparcial/2021/02/4055>

9/

ASPA pede vacinação de professores e alunos

A Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (ASP/MA) procurou ontem o **Ministério Público** para pedir a garantia de segurança da continuidade das **aulas** presenciais. A iniciativa veio diante dos casos de **Covid-19** que foram confirmados em pelo menos 17 escolas da rede particular de São Luís, nos últimos 10 dias, causando a suspensão parcial ou total das **aulas** presenciais.

De acordo com Marcello de Freitas Costa Rodrigues, presidente da Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão, no ano passado em 15 dias, 9 estabelecimentos de ensino comunicaram casos de **Covid**; e este ano, em 6 dias, 17 escolas comunicaram. "Não quer dizer que essas crianças pegaram o vírus no estabelecimento de ensino. A gente sabe que muita gente não está obedecendo aos protocolos sanitários, e a gente não pode cobrar somente da escola pelo que acontece fora do ambiente escolar. A questão toda é o nível de contaminação que é mais rápido, e de casos em crianças. Então isso trouxe uma preocupação para os pais já que temos casos graves em crianças acontecendo", disse.

A ASPA, em conjunto com a Associação Maranhense de Escolas Particulares e o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão (SIN-TERP), entregou um documento ao promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa, da promotoria de Justiça de Defesa da Educação, oficializando o pedido de que "o Plano Estadual de Imunização contra a **Covid-19** do Maranhão inclua entre os grupos prioritários a serem imunizados nesta primeira fase de vacinação os professores e demais profissionais da Educação e os alunos, para que o setor de ensino possa retomar suas atividades de forma contínua e cumprir sua missão junto às alunos do Estado". "Queremos colocar os professores e os profissionais da educação como prioridade para a próxima etapa da vacina. Muitos tem comorbidade, são de idade, estão no estabelecimento escolar e estão inseguros porque eles tem que manter o emprego deles. E também é uma preocupação com o próprio alunado, pois ninguém está fiscalizando escola. Queremos garantia para que a gente se sinta seguro para mandar nossos filhos para as escolas. Nós queremos as escolas abertas, mas com segurança. Ninguém quer escola fechada. Mas a gente tem que ter responsabilidade nesse momento",

disse Marcello.

As **aulas** na rede particular de ensino iniciaram na segunda quinzena de janeiro, mas de acordo com a ASPA, em menos de 15 dias, mais de 17 escolas particulares já haviam comunicado ter detectado casos de **Covid-19** em seu ambiente escolar, tanto em seus profissionais como em seu alunado. Com isso, algumas suspenderam as atividades presenciais pelo período de 7 a 14 dias. "Frise-se que a interrupção dos serviços educacionais também acarreta graves consequências de longo prazo para as economias e sociedades, como o aumento das desigualdades, impactos negativos nos avanços nas áreas de saúde e redução da coesão social. A vacinação de professores e demais profissionais da educação, como também, de alunos, é premente para que a prestação dos serviços educacionais possa ser retomada de forma regular, preservando a saúde dos colaboradores de escolas, faculdades, centros universitários e universidades, dos alunos e suas famílias, bem como de forma a evitar maiores danos ao ensino", destaca o documento.

Para Darlon Guimarães, presidente da Associação Maranhense de Escolas Particulares, a escola está fazendo um papel que compete às autoridades sanitárias. "Nós percebemos que os pais querem que os filhos fiquem nas escolas, pois acham que a escola é o lugar mais seguro, A escola não é local que mais se pega corona vírus, mas é o que mais se faz diagnóstico, porque quando se vai ao shopping ou ao restaurante no final de semana, eles não ligam para saber se você está doente na segunda ou na terça. Mas a escola, quando o aluno falta na segunda-feira, liga na terça-feira para saber o que houve. Então, a gente tem tido esse trabalho de acompanhamento. A escola tem sido verdadeira em relação à sociedade e à família. Se você tem uma escola de 2 mil alunos e tem 1 aluno infectado, a gente para a escola toda. Tem sobrado para a escola uma coisa que é não é própria da escola, a gente quer que as autoridades sanitárias deem uma posição. Essa conta não deve sobrar para a escola", disse.

Aulas suspensas por 14 dias

O documento ainda anexa os comunicados feitos pela direção das escolas informando a suspensão das atividades presenciais, devido a contaminação de profissionais de educação, ou de alunos. Até o

momento, estão suspensas as **aulas** presenciais dos estabelecimentos de ensino: Colégio Sagres, Maple Bear/Prédio 1, Dom Bosco, Colégio Adventista, Colégio Cenaza 1, Colégio Upaon-Açu, Colégio Batista/João Paulo, Colégio São Marcos, Colégio Literato, O Bom Pastor Júnior, Santa Fé, Reino Infantil, COC e Rede Sesi.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/oimparcial/2021/02/4055>

9/

Lavrador reaparece e afirma que foi torturado por PMs "velados": "Implorei para não morrer"

José de Ribamar Neves reapareceu nesta segunda-feira (8) e diz ter sido levado por policiais militares que investigavam um furto em Bacabal, cidade a 450 KM de Imperatriz.

Em entrevista, ele afirmou que testemunhou os últimos momentos do comerciante Marcos Santos, morto por PMs 'velados'.

Uma semana após ter sido levado por policiais militares, o lavrador José de Ribamar Neves Leitão, de 25 anos, reapareceu nesta segunda-feira (8) e relatou que sofreu **tortura** por PMs à paisana, conhecido como 'velados', em Bacabal.

O grupo é o mesmo suspeito de participar da morte do comerciante Marcos Santos.

Segundo o secretário estadual de **Segurança Pública**, Jefferson Portela, as denúncias estão sendo apuradas.

O lavrador relatou o caso em uma transmissão ao vivo na internet. José de Ribamar afirma que foi levado pelo grupo no mesmo dia em que Marcos Santos foi capturado e que presenciou a morte do comerciante.

Segundo o lavrador, os policiais queriam que ele confessasse que havia praticado um furto e, em seguida, seria morto pelos PMs.

José de Ribamar conta que os PMs foram até o seu local de trabalho e o atraíram para uma emboscada. Ao chegar ao local, os policiais o pressionaram para confessar que havia furtado carneiros. Ele negou o crime. Em seguida, o lavrador diz que foi espancado, teve as pernas e os braços amarrados e foi jogado no porta-malas do carro onde estavam os policiais.

Em relato, o lavrador disse que implorou aos policiais para não morrer e só conseguiu escapar porque a arma não disparou. Após conseguir fugir, José de Ribamar diz que passou uma semana andando pelo mato, sem comida e bebida.

O lavrador relatou também que chegou a ser perseguido por diversas vezes e sempre que tentava ir embora, se deparava com barreiras policiais nas

estradas.

"Estava uns dois palmos da minha cabeça [a arma], quando ele apertou o dedo, a arma não disparou. Nessa hora que a arma não disparou, eu corri.

Eu criei força nas minhas pernas e corri. Eles de lá mesmo começaram a atirar, deram ao menos 10 tiros em mim, e eu passei a noite toda correndo e eles atrás de mim. Quando eu chego na estrada, mais ou menos 00h, tinha uma barreira me esperando. Quando eu vejo aquela moto com o farol ligado no meio do caminho e aquelas luzes piscando. Quando eu notei logo, eu vi que era polícia me esperando. E ali mesmo eu fiquei, a noite esperando", disse.

Troca de comando - Por não ter cumprido o dever de dar voz de prisão aos policiais militares do Serviço Velado do 15º BPM, tenente Pinho, sargento Custódio e os cabos Robson, Rogério e Henrique, suspeitos de envolvimento na morte do comerciante Marcos Santos e de torturas e ameaças contra o lavrador José de Ribamar, o comandante, Major Duarte, foi exonerado do cargo. Quem deu voz de prisão aos suspeitos foi o Coronel Markus Lima, ex-comandante do 3º BPM, comandante da CPI da região de Bacabal.

Agora o comando do 15º BPM está a cargo do também Major Berredo.

O secretário de Segurança, Jefferson Portela, foi pessoalmente em Bacabal para dar posse ao novo comandante e com ele foi o delegado Jeffrey Furtado, que vai investigar o caso. Jefferson Portela anunciou que o lavrador José de Ribamar, está sendo escoltado por policiais civis. Os policiais suspeitos do caso foram levados para o presídio Militar em São Luís.

O Caso - O comerciante Marcos Santos foi encontrado morto em 2 de fevereiro, às margens de um riacho, no povoado Fazenda Cancelar, em São Luís Gonzaga do Maranhão.

O corpo dele havia marcas de tiro e sinais de violência.

Ele havia desaparecido após ter sido abordado por

homens e ser colocado à forças em um veículo. As investigações apontaram que os homens que colocaram o comerciante no carro são policiais militares do 15º BPM que estavam trabalhando sem fardamento, os chamados 'velados'.

O comerciante Marcos Santos estava sendo acusado de furtar carneiros em uma fazenda da região, junto com José de Ribamar, que presenciou a execução da vítima

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/217/20210210.pdf>

Coletivo Nós se reúne com MP em busca de solução para bairros com deslizamentos e alagamentos em São Luís

John Cutrim

O Coletivo Nós se reuniu, na segunda-feira (8), com o titular da Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante, Vicente de Paulo Silva Martins, para falar das demandas apresentadas pela população dos bairros periféricos de São Luís visitados pelos co-vereadores, como o Alto da Esperança, Gapara, Vila Dom Luís, Sacavém, Salina, Coroadinho e Sá Viana, que sofrem há anos com deslizamentos, alagamentos e outros problemas durante o período chuvoso, na capital maranhense.

"Nós procuramos o **Ministério Público** para apresentar algumas das áreas que correm risco de alagamentos e deslizamentos na região periférica da cidade, que chegaram ao nosso conhecimento, após visitas que fizemos a estes bairros e escuta da população. Nosso objetivo é que as políticas públicas sejam aplicadas pelo Poder Público, para que possam suprir as demandas das comunidades. A previsão é que as chuvas aumentem neste primeiro trimestre, por isso é uma demanda que pede urgência. Continuaremos acompanhando e contribuindo para a resolução desse problema, almejando que o nosso povo possa viver tranquilo e sem medo dentro de suas moradias", destacou Delmar Matias, co-vereador do Coletivo Nós.

O **Ministério Público**, por meio da Promotoria Itinerante, trabalha como um mediador entre as comunidades e a Prefeitura, levando as demandas da população ao Poder Público.

Como encaminhamento da reunião, ficou acordado que será feito um levantamento das pautas apresentadas junto com a Promotoria de Urbanismo, e logo após uma reunião com todos os órgãos envolvidos nessa questão como a Defensoria Pública, **Ministério Público**, Ouvidoria da Segurança Cidadã do Estado do Maranhão, e secretarias municipais de Criança e Assistência Social (Semcas) e de Obras e Serviços Públicos (Semosp).

Segundo pesquisa divulgada no início do ano, pelo Laboratório de Meteorologia do Núcleo Geoambiental da Universidade Estadual do Maranhão (NuGeo/

Uema), o resultado da previsão climática para o primeiro trimestre de 2021 (meses de janeiro, fevereiro e março) indica maior probabilidade dos totais pluviométricos ocorrerem entre valores normais a acima da faixa normal climatológica no centro-norte do Maranhão, ou seja, em São Luís terá expansão das chuvas. Os dados da pesquisa de meteorologistas dos centros estaduais do Nordeste do Brasil e do Centro de Previsão do Tempos e Estudos Climáticos (CPTEC) preocupam a população mais vulnerável da cidade.

Site: <https://johncutrim.com.br/coletivo-nos-se-reune-com-mp-em-busca-de-solucao-para-bairros-com-deslizamentos-e-alagamentos-em-sao-luis/>

CNMP afasta promotores de caso contra Nelma Sarney

gilbertoleda

O Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP) deferiu ontem (9) um pedido de providências protocolado pela desembargadora Nelma Sarney, do Tribunal de Justiça do Maranhão, e afastou de um processo os promotores Helder Ferreira Bezerra e Gustavo Pereira Silva, que moveram ação contra a magistrada pedindo seu afastamento do cargo por supostos atos de **improbidade administrativa**.

A decisão, liminar, é da conselheira Sandra Krieger Gonçalves relatora do caso. Ela acatou os argumentos dos advogados Daniel Blume, Thales de Andrade e Thiago Brhanner, que representam a desembargadora.

Na defesa, os advogados questionaram a designação dos promotores - com atuação nas comarcas de Timon, Pastos Bons e Paraibano -, pelo então procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, exclusivamente para mover a ação contra Nelma.

"Sustentou que houve violação ao princípio do promotor natural, uma vez que "os promotores subscritores do açado petítio são titulares das promotorias de outras comarcas - no caso, Timon, Pastos Bons e Paraibano, todos no Maranhão, tendo sido designados pelo então Procurador-Geral de Justiça do **MPMA**", relatou a conselheira antes de decidir.

Os advogados da magistrada apontaram, ainda, que, ao designar os promotores para o feito, Gonzaga "além de não fundamentar a excepcionalidade do ato de nomeação dos três promotores, não submeteu a sua decisão ao Conselho Superior do **MPMA**, nem de forma prévia, nem posteriormente".

Para Sandra Krieger Gonçalves, os atos foram "casuísticos" e feriram o princípio do Promotor Natural.

"No momento que a Administração Superior admite a designação de Membros de forma casuística, a fim de atender pedido discricionário de Membro, ela não salvaguarda o interesse público, mas sim o contraria. Não há como se admitir a atuação conjunta, fora da ordem de substituição automática ou a pertinência temática do assunto, vez que as atribuições naturais

de cada Promotoria de Justiça são definidas em Lei e normativas internas (Resoluções, Atos e etc.). Pensar diferente é negar a normativa interna que dispõe sobre as atribuições e lotações originais de Membros. É negar o princípio do Promotor Natural", destacou.

Site: <https://gilbertoleda.com.br/2021/02/10/cnmp-afasta-promotores-de-caso-contranelma-sarney/>

JOSELÂNDIA / SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS: Recomendação do MPMA orienta municípios a cancelarem Carnaval e outros eventos durante a pandemia

Eduardo Ericeira

O **Ministério Público** do Maranhão encaminhou, no dia 29 de janeiro, Recomendação aos municípios de Joselândia e São José dos Basílios para que se abstenham de realizar eventos que causem aglomeração de pessoas durante o período em que durar a pandemia da Covid-19, e que, sobretudo, deixem de promover o Carnaval deste ano.

O documento foi enviado diretamente aos prefeitos Raimundo da Silva Santos (Joselândia) e Creginaldo Rodrigues de Assis (São José dos Basílios).

Assinou a Recomendação o **promotor de justiça** Guilherme Gouvêa Fajardo, que está respondendo pela Promotoria da Comarca de Joselândia, que tem São José dos Basílios como termo judiciário.

O membro do **Ministério Público** orientou ainda aos gestores municipais a revogação de qualquer alvará de festa, show ou de eventos similares, eventualmente expedido, "impedindo sua realização, por meio da utilização do poder de polícia, e com uso da força pública, em caso de desobediência".

Também foi recomendado que os prefeitos dos dois municípios se abstenham de conceder novos alvarás de festas e de realizar shows ou eventos similares, com previsão de grande aglomeração de pessoas, enquanto perdurar a classificação da Covid-19 como pandemia.

Aos delegados de polícia das cidades, foi igualmente orientado que evitem conceder novas licenças ou revoguem aquelas já eventualmente concedidas para a realização de eventos festivos.

O documento do **Ministério Público** sugere, ainda, que os Municípios de Joselândia e São José dos Basílios divulguem "amplamente, nos meios de comunicação, acerca dos cancelamentos que vierem a ser concretizados, nos termos da Recomendação, a fim de cessar o incentivo e o fomento à aglomeração

de pessoas".

Foi concedido o prazo de cinco dias úteis para que sejam enviadas à Promotoria de Justiça as ações empreendidas para o cumprimento da Recomendação.

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS

O **promotor de justiça** Guilherme Fajardo baseou a Recomendação em dados epidemiológicos que indicam uma segunda onda de alastramento do novo coronavírus no país, bem como em iniciativa idêntica do procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, destinada aos prefeitos, às Secretarias Municipais de Saúde, às Polícias Civil e Militar e aos produtores de eventos, para que se abstenham de promover festividades durante o período carnavalesco.

Também foi feita referência ao Decreto nº 36.462, de 22 de janeiro de 2021, o qual suspende, no Estado do Maranhão, as atividades festivas durante o período carnavalesco deste ano devido à pandemia.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/02/joselan-dia-sao-jose-dos-basilios.html>

Ouvidoria do MPMA já registrou 38 denúncias sobre irregularidades na vacinação contra Covid-19

Eduardo Ericeira

Um relatório da Ouvidoria do **Ministério Público** do Maranhão, divulgado nesta terça-feira, 9, informa que já foram registradas, até a data de ontem (08/02), 38 denúncias relativas à campanha de vacinação contra a Covid-19.

No levantamento, que foi iniciado em 22 de janeiro, também foram efetuados outros registros, como consultas jurídicas (11), demandas improcedentes (04) e procedimentos que aguardam mais informações para serem consolidados (19). Do total de 72 demandas relacionadas à vacinação, 26 tiveram origem em São Luís.

Segundo a Ouvidoria do **MPMA**, após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica do órgão realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às promotorias responsáveis. Caso seja comprovada alguma irregularidade, tanto no que se refere ao desrespeito à ordem de prioridade para a imunização, quanto a outros procedimentos, os envolvidos podem ser punidos, inclusive criminalmente, após a instauração regular de processo judicial.

Para dar suporte à atuação dos promotores de justiça nas comarcas, o **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde** (Caop-Saúde) emitiu ofício, no dia 20 de janeiro, orientando que sejam notificados os secretários municipais de Saúde para garantir a obediência à fila de prioridade na vacinação contra a Covid-19.

Além disso, os promotores de justiça devem requisitar informações sobre o cumprimento dos critérios de prioridade, a atualização diária do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e a lista das pessoas vacinadas.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/02/ouvidoria-do-mpma-ja-registrou-38.html>

CNMP afasta do caso promotores que promoveram irregularmente ação contra Desembargadora Nelma Sarney

O Conselho Nacional do **Ministério Público** decidiu por afastar os promotores Helder Ferreira Bezerra e Gustavo Pereira Silva, que moveram uma ação contra a desembargadora Nelma Sarney, a qual pedia o afastamento das suas funções públicas por supostos atos de improbidade administrativa.

A decisão liminar é da relatora Sandra Krieger Gonçalves, que acatou os argumentos dos advogados Daniel Blume, Thales de Andrade e Thiago Brhanner, que representam a desembargadora Nelma Sarney.

Na defesa, os advogados argumentaram que a atuação dos promotores não estava em consonância com a atuação de suas referidas comarcas, uma vez que foram designados membros do **Ministério Público** das cidades de Timon, Pastos Bons e Paraibano a pedido da Procuradoria Geral de Justiça.

Na avaliação de Sandra Krieger Gonçalves, o processo de escolha dos promotores das comarcas citadas para o referido processo, deixou claro a perda da salvaguarda do interesse público, podendo causar uma grave lesão jurídica a desembargadora Nelma Sarney.

Nos argumentos apresentados por Sandra Krieger Gonçalves, extrai-se alguns trechos como: "A tese do promotor natural fundamenta-se principalmente como garantia subjetiva do cidadão em ter, nos diversos processos em que o **Ministério Público** atua, o promotor legalmente legitimado para o processo, coibindo, assim, as designações casuísticas efetuadas ao alvitre da Chefia da Instituição, afastando a figura do promotor de encomenda".

E ela ainda completa, "Ora, como se pode admitir que um **Promotor de Justiça** que possui atribuições em localidade diversa atue conjuntamente com outro Membro, que sequer está na ordem sucessória direta de substituição automática? Admitir tal situação representaria, ao fim e ao cabo, legitimar o uso daquilo que tomo a liberdade de denominar como "Portarias por Afinidade"".

Documento Original Decisão de liminar

Site: <https://blogdominard.com.br/2021/02/cnmp-afastado-caso-promotores-que-promoveram-irregularmente-acao-contra-desembargadora-nelma-sarney/>

Promotores que realizaram denúncia "fake" contra desembargadora são afastados pelo CNMP

O Conselho Nacional do **Ministério Público** decidiu por afastar os promotores Helder Ferreira Bezerra e Gustavo Pereira Silva, que moveram uma ação contra a desembargadora Nelma Sarney, a qual pedia o afastamento das suas funções públicas por supostos atos de improbidade administrativa.

A decisão liminar é da relatora Sandra Krieger Gonçalves, que acatou os argumentos dos advogados Daniel Blume, Thales de Andrade e Thiago Brhanner, que representam a desembargadora Nelma Sarney.

Na defesa, os advogados argumentaram que a atuação dos promotores não estava em consonância com a atuação de suas referidas comarcas, uma vez que foram designados membros do **Ministério Público** das cidades de Timon, Pastos Bons e Paraibano a pedido da Procuradoria Geral de Justiça.

Na avaliação de Sandra Krieger Gonçalves, o processo de escolha dos promotores das comarcas citadas para o referido processo, deixou claro a perda da salvaguarda do interesse público, podendo causar uma grave lesão jurídica a desembargadora Nelma Sarney.

Nos argumentos apresentados por Sandra Krieger Gonçalves, extrai-se alguns trechos como: "A tese do promotor natural fundamenta-se principalmente como garantia subjetiva do cidadão em ter, nos diversos processos em que o **Ministério Público** atua, o promotor legalmente legitimado para o processo, coibindo, assim, as designações casuísticas efetuadas ao alvitre da Chefia da Instituição, afastando a figura do promotor de encomenda".

E ela ainda completa, "Ora, como se pode admitir que um **Promotor de Justiça** que possui atribuições em localidade diversa atue conjuntamente com outro Membro, que sequer está na ordem sucessória direta de substituição automática? Admitir tal situação representaria, ao fim e ao cabo, legitimar o uso daquilo que tomo a liberdade de denominar como "Portarias por Afinidade"".

Site: <https://www.domingoscosta.com.br/promotores-que-realizaram-denuncia-fake-contradesembargadora>

sao-afastados-pelo-cnmp/

CNMP afasta do caso promotores que promoveram irregularmente ação contra Desembargadora Nelma Sarney

O Conselho Nacional do **Ministério Público** decidiu por afastar os promotores Helder Ferreira Bezerra e Gustavo Pereira Silva, que moveram uma ação contra a desembargadora Nelma Sarney, a qual pedia o afastamento das suas funções públicas por supostos atos de **improbidade administrativa**.

A decisão liminar é da relatora Sandra Krieger Gonçalves, que acatou os argumentos dos advogados Daniel Blume, Thales de Andrade e Thiago Brhanner, que representam a desembargadora Nelma Sarney.

Na defesa, os advogados argumentaram que a atuação dos promotores não estava em consonância com a atuação de suas referidas comarcas, uma vez que foram designados membros do **Ministério Público** das cidades de Timon, Pastos Bons e Paraibano a pedido da Procuradoria Geral de Justiça.

Na avaliação de Sandra Krieger Gonçalves, o processo de escolha dos promotores das comarcas citadas para o referido processo, deixou claro a perda da salvaguarda do interesse público, podendo causar uma grave lesão jurídica a desembargadora Nelma Sarney.

Nos argumentos apresentados por Sandra Krieger Gonçalves, extrai-se alguns trechos como: "A tese do promotor natural fundamenta-se principalmente como garantia subjetiva do cidadão em ter, nos diversos processos em que o **Ministério Público** atua, o promotor legalmente legitimado para o processo, coibindo, assim, as designações casuísticas efetuadas ao alvitre da Chefia da Instituição, afastando a figura do promotor de encomenda".

E ela ainda completa, "Ora, como se pode admitir que um **Promotor de Justiça** que possui atribuições em localidade diversa atue conjuntamente com outro Membro, que sequer está na ordem sucessória direta de substituição automática? Admitir tal situação representaria, ao fim e ao cabo, legitimar o uso daquilo que tomo a liberdade de denominar como "Portarias por Afinidade"".

Documento Original Decisão de liminar

Site: <http://diegoemir.com/2021/02/cnmp-afasta-do-caso-promotores-que-promoveram-irregularmente-acao-contra-desembargadora-nelma-sarney/>

MPMA registra 38 denúncias de irregularidades na vacinação contra Covid-19

Um relatório da Ouvidoria do **Ministério Público** do Maranhão, divulgado nesta terça-feira (9), informa que já foram registradas, até o momento, 38 denúncias relativas à campanha de vacinação contra a Covid-19.

No levantamento, que foi iniciado em 22 de janeiro, também foram efetuados outros registros, como consultas jurídicas (11), demandas improcedentes (04) e procedimentos que aguardam mais informações para serem consolidados (19). Do total de 72 demandas relacionadas à vacinação, 26 tiveram origem em São Luís.

Segundo a Ouvidoria do **MPMA**, após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica do órgão realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às promotorias responsáveis. Caso seja comprovada alguma irregularidade, tanto no que se refere ao desrespeito à ordem de prioridade para a imunização, quanto a outros procedimentos, os envolvidos podem ser punidos, inclusive criminalmente, após a instauração regular de processo judicial.

Para dar suporte à atuação dos promotores de justiça nas comarcas, o **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde** (Caop-Saúde) emitiu ofício, no dia 20 de janeiro, orientando que sejam notificados os secretários municipais de Saúde para garantir a obediência à fila de prioridade na vacinação contra a Covid-19.

Além disso, os promotores de justiça devem requisitar informações sobre o cumprimento dos critérios de prioridade, a atualização diária do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e a lista das pessoas vacinadas.

Fonte: **MPMA**

Site:

<http://www.suacidade.com/index.php/noticias/cidades/mpma-registra-38-denuncias-de-irregularidades-na-vacinacao-contra-covid-19>

Ouvidoria do MPMA já registrou 38 denúncias sobre irregularidades na vacinação contra Covid-19

Um relatório da Ouvidoria do **Ministério Público** do Maranhão, divulgado nesta terça-feira, 9, informa que já foram registradas, até a data de ontem (08/02), 38 denúncias relativas à campanha de vacinação contra a Covid-19.

No levantamento, que foi iniciado em 22 de janeiro, também foram efetuados outros registros, como consultas jurídicas (11), demandas improcedentes (04) e procedimentos que aguardam mais informações para serem consolidados (19). Do total de 72 demandas relacionadas à vacinação, 26 tiveram origem em São Luís.

Segundo a Ouvidoria do **MPMA**, após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica do órgão realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às promotorias responsáveis. Caso seja comprovada alguma irregularidade, tanto no que se refere ao desrespeito à ordem de prioridade para a imunização, quanto a outros procedimentos, os envolvidos podem ser punidos, inclusive criminalmente, após a instauração regular de processo judicial.

Para dar suporte à atuação dos promotores de justiça nas comarcas, o **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde** (Caop-Saúde) emitiu ofício, no dia 20 de janeiro, orientando que sejam notificados os secretários municipais de Saúde para garantir a obediência à fila de prioridade na vacinação contra a Covid-19.

Além disso, os promotores de justiça devem requisitar informações sobre o cumprimento dos critérios de prioridade, a atualização diária do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e a lista das pessoas vacinadas.

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/217/20210210.pdf>

Ouvidoria do MPMA já registrou 38 denúncias sobre irregularidades na vacinação contra Covid-19

- P7c1

Site:

<https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/217/20210210.pdf>

MPMA orienta profissionais do entretenimento e do reggae contra poluição sonora

Foi realizada, nesta segunda-feira, 8, na sede das Promotorias de Justiça da Capital, em São Luís, uma reunião da comissão que organiza a Associação dos Profissionais de Entretenimento do Maranhão (Aspema) e representantes do movimento reggae de São Luís com o **promotor de justiça** Cláudio Guimarães, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de São Luís e que integra a coordenação da Operação Harpócrates.

A operação visa combater a poluição sonora em São Luís, principalmente em decorrência de som automotivo fora dos padrões permitidos e de escapamentos adulterados em motocicletas.

Na pauta do encontro, que foi solicitado pelas entidades, foram tratados assuntos como a prevenção à poluição sonora e o respeito às normas sanitárias referentes à organização dos eventos artísticos, definidas pelo poder público antes e depois da pandemia da Covid-19.

Da Comissão da Aspema, participaram Juan Lincon, Werdembergue Sousa, Francivaldo Silva e Cláudio Adão. Pelo movimento reggae, estiveram presentes DJ Fellina Roots e DJ Jorge Black.

Segundo Cláudio Guimarães, foram prestadas orientações sobre as condutas que os realizadores de eventos devem adotar para evitar a poluição sonora e se adequarem às normas sanitárias. "Foi extremamente positiva a reunião. O diálogo é sempre o melhor caminho, que vem junto com a conscientização, com a educação. São os meios mais adequados para solucionar os problemas na comunidade", avaliou.

O membro do **Ministério Público** considera o entendimento por meio do diálogo mais importante do que as ações repressivas de combate à poluição sonora. "É um grande avanço. A repressão é reativa. E o diálogo é preventivo. Essa reunião de hoje teve um valor muito maior do que todas as ações repressivas feitas na Operação Harpócrates", comentou.

Comissão atualizará legislação ambiental do Maranhão

Foi instituída, pela Assembléia Legislativa do Maranhão, no último dia 5, uma comissão de juristas que elaborará propostas de aperfeiçoamento, atualização e consolidação do Código de Proteção do Meio Ambiente do Maranhão. O objetivo é que as mudanças assegurem maior eficiência e eficácia no controle, promoção e defesa das questões ambientais.

No Maranhão, o tema foi regulamentado pela lei estadual nº 5.405, de 1992, não tendo sofrido atualizações desde então. A comissão terá 180 dias para apresentar suas propostas.

A comissão, formada por 13 pessoas, será presidida pelo **promotor de justiça** e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do **Ministério Público** do Maranhão, Luis Fernando Cabral Barreto Junior.

Compõem a comissão o **promotor de justiça** Cláudio Rebelo Correia Alencar; o procurador-geral do estado, Rodrigo Maia; o secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Diego Rolim; o coordenador do Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão, Sálvio Dino e os desembargadores Cleones Carvalho Cunha e Jorge Rachid Mubarak Maluf.

Também participam o juiz Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos e Coletivos); Carlos Victor Belo de Sousa (presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da OAB-MA); Lorena Saboya Vieira Soares e Isabella Pearce de Carvalho Monteiro (advogadas e professoras universitárias); Luane Lemos Felício Agostinho (gerente de Meio Ambiente da Empresa Maranhense de Administração Portuária - Emap) e Tarcísio Almeida Araújo (procurador-geral da Assembléia Legislativa).

Site: <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/10022021>

CNMP afasta promotores de caso contra Nelma Sarney

Publicado em 10 de fevereiro de 2021 por gilbertoleda



O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) deferiu ontem (9) um pedido de providências protocolado pela desembargadora Nelma Sarney, do Tribunal de Justiça do Maranhão, e afastou de um processo os promotores Helder Ferreira Bezerra e Gustavo Pereira Silva, que moveram ação contra a magistrada pedindo seu afastamento do cargo por supostos atos de improbidade administrativa.

A decisão, liminar, é da conselheira Sandra Krieger Gonçalves relatora do caso. Ela acatou os argumentos dos advogados Daniel Blume, Thales de Andrade e Thiago Brhanner, que representam a desembargadora.

Na defesa, os advogados questionaram a designação dos promotores – com atuação nas comarcas de Timon, Pastos Bons e Paraibano -, pelo então procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, exclusivamente para mover a ação contra Nelma.

“Sustentou que houve violação ao princípio do promotor natural, uma vez que “os promotores subscritores do açodado petitorio são titulares das promotorias de outras comarcas — no caso, Timon, Pastos Bons e Paraibano, todos no Maranhão, tendo sido designados pelo então Procurador-Geral de Justiça do MPMA”, relatou a conselheira antes de decidir.

Os advogados da magistrada apontaram, ainda, que, ao designar os promotores para o feito, Gonzaga “além de não fundamentar a excepcionalidade do ato de nomeação dos três promotores, não submeteu a sua decisão ao Conselho Superior do MPMA, nem de forma prévia, nem posteriormente”.

Para Sandra Krieger Gonçalves, os atos foram “casuísticos” e feriram o princípio do Promotor Natural.

“No momento que a Administração Superior admite a designação de Membros de forma casuística, a fim de atender pedido discricionário de Membro, ela não salvaguarda o interesse público, mas sim o contraria. Não há como se admitir a atuação conjunta, fora da ordem de substituição automática ou a pertinência temática do assunto, vez que as atribuições naturais de cada Promotoria de Justiça são definidas em Lei e normativas internas (Resoluções, Atos e etc...). Pensar diferente é negar a normativa interna que dispõe sobre as atribuições e lotações originais de Membros. É negar o princípio do Promotor Natural”, destacou.